

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA NOVA EJA FORTALEZA.

Francisco Fábio Aguiar da Rocha

RESUMO:

O estudo abordou a problemática enfrentada pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante a pandemia da COVID-19, que forçou a transição das aulas presenciais para o ensino remoto. A pesquisa utilizou como base de reflexões o programa Nova EJA Fortaleza, que busca atender as demandas específicas dos alunos da EJA, oferecendo acesso à tecnologia, suporte psicológico e pedagógico e flexibilização de horários de aulas. Foi observado que os alunos da EJA enfrentam dificuldades semelhantes aos alunos do ensino regular em relação ao acesso à tecnologia, disponibilidade de equipamentos e rotina doméstica. No entanto, o perfil dos alunos da EJA, em sua maioria, mulheres com responsabilidades familiares e homens com jornadas de trabalho exaustivas. Diante desse cenário, o programa Nova EJA Fortaleza apresenta ser uma iniciativa positiva, na garantia do acesso ao ensino. Além disso, o estudo apresentou a importância de políticas públicas e programas específicos para atender as demandas da EJA, considerando suas particularidades e dificuldades, tanto durante a pandemia quanto no retorno às aulas presenciais.

Palavras-chaves:. EJA, Políticas Públicas, educação

1. INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem como objetivo proporcionar a oportunidade de aprendizagem a indivíduos que, por diversos motivos, não concluíram seus estudos na idade adequada. Essa modalidade abrange desde a educação fundamental até o ensino médio e é voltada para pessoas com idade igual ou superior a 15 anos. A modalidade caracteriza-se como uma ferramenta importante para a inclusão social e para a redução das desigualdades educacionais, uma vez que possibilita a esses indivíduos o acesso à educação e, conseqüentemente, melhores oportunidades de emprego, renda e participação na sociedade. Além disso, apresenta-se como fundamental para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e participativos na sociedade.

No entanto, a EJA ainda enfrenta diversos desafios no Brasil, como a falta de oferta de vagas, a falta de infraestrutura adequada, a falta de recursos didáticos específicos e a falta de formação adequada dos professores. Além disso, a EJA muitas

vezes é negligenciada em relação à educação regular, o que prejudica a qualidade do ensino oferecido.

Além disso, é importante considerar que a EJA apresenta características próprias, uma vez que os alunos são em sua maioria adultos, que possuem responsabilidades familiares e profissionais, além de histórias de vida e conhecimentos prévios que podem ser diferentes dos alunos da educação regular. Dessa forma, é preciso que as políticas públicas para a EJA levem em consideração essas particularidades e busquem estratégias pedagógicas adaptadas para atender a esse público específico.

Diante desse contexto, as políticas públicas são fundamentais para garantir o acesso e a permanência desses indivíduos no sistema educacional, bem como para melhorar a qualidade do ensino oferecido. É importante que o poder público possa desenvolver políticas específicas para a EJA e que essas políticas sejam integradas de forma adequada e eficaz, de modo a garantir que a educação seja um direito de todos. Entre as políticas públicas voltadas para a EJA, destaca-se o Programa Nova EJA Fortaleza, que tem como objetivo ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação oferecida a jovens e adultos na cidade de Fortaleza. O programa busca, entre outras coisas, ampliar o número de alunos matriculados na EJA, desenvolver metodologias pedagógicas inovadoras, formar e capacitar professores e gestores e implementar ações de inclusão social.

Para tanto, serão realizadas pesquisas em bases de dados como Scielo, Capes e Google Scholar, a fim de identificar artigos, dissertações e teses que abordam o tema em questão. Serão selecionados trabalhos que discutem as políticas públicas na EJA. Serão considerados também estudos que tragam experiências de outros municípios ou estados do Brasil que desenvolveram políticas públicas para a EJA. A partir da análise dos trabalhos selecionados, serão identificadas as principais contribuições e limitações do Programa Nova EJA Fortaleza, bem como as lições aprendidas que podem ser replicadas em outras iniciativas na área da EJA. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo fazer uma ampla reflexão sobre as políticas públicas na educação de jovens e adultos, com ênfase no Programa Nova EJA Fortaleza. Foram discutidos aspectos como a importância das políticas públicas na EJA, a metodologia adotada pelo programa e os resultados alcançados até o momento.

Os objetivos específicos deste estudo, podem ser destacados como:

- a) Apresentar de forma exploratória, sobre as políticas públicas na EJA, de forma crítica, elencando suas abordagens e iniciativas;
- b) Analisar a importância e os impactos das políticas públicas na EJA, considerando os desafios e particularidades;
- c) Apresentar o programa “Nova EJA Fortaleza”, suas estratégias, metodologias e ações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL ATÉ OS TEMPOS ATUAIS.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu em 1930 como produto de várias transformações e mudanças sociais decorrentes do início da industrialização do país, que demandava uma população mais instruída para atender aos objetivos das empresas. Na época, o país apresentou uma taxa alarmante de analfabetismo, o que motivou uma boa parte da população a demonstrar interesse na EJA como forma de melhorar a qualidade de vida. (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

A educação formal, pensada como condição fundamental de emancipação humana desde o Iluminismo, só se fez presente efetivamente como um dos grandes temas vinculados ao projeto de nação moderna na década de 1930. A educação das massas, por sua vez, mereceu maior atenção no século XX em países, quando sua execução se tornou uma tarefa concreta. É nesse período que a preocupação com o currículo surge como um conjunto de técnicas recomendadas para a conclusão da educação formal do povo. Abre-se um momento de longa discussão sobre as finalidades da educação formal e sobre os meios para efetivá-la. (LOTTERMANN, 2012, p. 59).

A EJA teria como proposta de libertação a educação popular, visto que os movimentos populares valorizavam a sabedoria e o conhecimento individual do povo e do mundo. Dessa forma, a EJA poderia levar o sujeito, aos poucos, a uma transformação social e cultural, conforme as ideias propostas por Paulo Freire. (LOTTERMANN, 2012).

Embora o objetivo dos programas introduzidos para a implementação da EJA em 1930 fosse a alfabetização das universidades mais baixas da sociedade, as mudanças foram implementadas apenas na década de 1940, com a modificação de uma série de concepções pedagógicas. Em 1945, após pressão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países, alertando para o papel que a educação precisaria alcançar, especialmente a educação de jovens e adultos no processo de desenvolvimento das nações, impulsionou a EJA no Brasil, estabelecendo metas para a alfabetização no país. Em 1947, estimava-se alfabetizar turmas em três meses e posteriormente seguir com ações de formação profissional e desenvolvimento comunitário. (NASCIMENTO, 2013).

Em 1947, foi criado o Serviço Nacional de Educação de Adultos (SNEA), acompanhado pela primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e pelo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Esse cenário deu origem a vários movimentos e planos em vários estados brasileiros para a educação de adultos, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco e a Campanha Pé no Chão em Natal (NASCIMENTO, 2013).

Durante a década de 1950, teve diversas críticas e pressões populares à Campanha de Educação de Adultos, lançadas em todos os aspectos da campanha, incluindo a área administrativa, financeira e pedagógica. No entanto, essas críticas levaram a um novo olhar sobre as dificuldades do analfabetismo, provocada em uma nova proposta pedagógica para a educação de jovens e adultos, baseada nas metodologias de Paulo Freire, na época educador da EJA. Freire desenvolveu uma proposta pedagógica que busca aliar conceitos do cotidiano do aluno adaptando-os às perspectivas dos conteúdos abordados, explorando assim o aspecto lúdico do aluno (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

O método apresentou resultados duradouros, embora tenha enfrentado diversos problemas iniciais. No governo de João Goulart, Freire foi responsável pela estruturação e implementação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), instituído pelo decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. O plano compreendia a educação transformada proposta por Freire, e entre os anos de 1958 e 1961, ocorreu uma campanha nacional de erradicação do analfabetismo, intensificando ainda mais os trabalhos voltados para o público da EJA e tornando-o mais popularizado com ideias libertárias (NASCIMENTO, 2014).

No entanto, com o golpe militar de 1964, o trabalho desenvolvido por Paulo Freire foi interrompido com seu exílio. De acordo com Colavitto e Arruda (2014), o método Freire busca conscientizar e libertar, ideias que na época poderiam ser mal vistas pelas autoridades militares. Em detrimento ao PNAA, foi estabelecido o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que esteve ativo de 1967 a 1985, finalizando suas atividades em conjunto com a ditadura (LOTTERMANN, 2012).

Na década de 1970, destacou-se no país o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71). Essa iniciativa simbolizou um novo momento de pressão popular contra o ensino técnico ainda crescente para atender às demandas do mercado de trabalho e social. Mais tarde, essa iniciativa de ensino supletivo formou as bases e parâmetros para a futura Educação a Distância da época, sendo este o início do uso de novas tecnologias, como a TV e o Rádio.

Na década de 1980, a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Fundação Educar foi implantada em 1985 para assumir o lugar do MOBRAL na estratégia da EJA. A Fundação tinha como proposta a democratização do ensino de jovens e adultos, oferecendo apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes. A Fundação Educar esteve em atividade apenas de 1985 a 1990 (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

Nos anos 90, a EJA ganhou novos contornos, estabelecendo uma nova política e nova metodologia para o trato adequado dos alunos inseridos na modalidade, através do incentivo e da implementação da andragogia nas aulas. Além disso, a EJA passou a contemplar aqueles com idade igual ou superior a 15 anos, simbolizando uma nova oportunidade de inserção na educação e posteriormente no mercado de trabalho. Já não se tratou mais de alfabetizar para o mundo no qual a leitura era privilégio de poucos, mas sim para contextos culturais nos quais a decodificação da informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho. (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

Em 1996, foi promulgada a Lei N°9394/96, a chamada nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB, que reafirmou o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico, entendido como um período de formação mínima que seguiria a educação infantil ao ensino médio. A LDB estabeleceu o dever público de oferta gratuita de educação básica e identificação e atendimento da demanda, garantindo o acesso e a permanência dos alunos (BRASIL, 1996).

Em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado com o objetivo de erradicar ou reduzir os indicadores de analfabetismo no país, em concordância com a Declaração de Hamburgo em 1997. Em 2007, com o Decreto N ° 6093, o programa foi reorganizado com o objetivo de universalizar a alfabetização de jovens e adultos a partir dos 15 anos ou mais. O programa passou a financiar a educação de jovens e adultos que vinha sendo precária por parte do governo (NASCIMENTO, 2013).

Em 2005, o Decreto N° 5.478 instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade educação de jovens e adultos (Proeja), com a função de atender esses alunos em uma educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos. Em 2006, com o Decreto nº 5.840, o programa foi ampliado para toda a educação básica, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja) (LOTTERMANN, 2012, p. 67).

A inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB foi uma grande conquista para essa modalidade, garantindo recursos para sua promoção. No entanto, a educação popular continua sendo uma presença significativa na educação de jovens e adultos no Brasil. Paulo Freire, pioneiro da educação popular, tinha uma visão libertária de conscientização política, buscando equipar a população com conceitos de liberdade, igualdade e superação das condições adversas e pressão da sociedade (NASCIMENTO, 2013).

Segundo Freire (2006), ao perceber o ontem, o hoje e o amanhã, o ser humano percebe a consequência de suas ações sobre o mundo, tornando-se protagonista de sua história. "Hoje o que se tornou possível ontem. Fará amanhã o que está semeando hoje" (FREIRE, 2006, p. 25).

É evidente que a EJA visa, nesta nova perspectiva, formar pessoas com conhecimentos igualitários e promover a educação. No entanto, diante das dificuldades, problemas relacionados a métodos e qualificação de professores, falta de materiais adequados e outras questões impedem que aqueles que mais podem acompanhar os estudos (LOTTERMANN, 2012; NASCIMENTO, 2012; COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

2.2. EJA NA PANDEMIA

Após o decreto do estado de pandemia global, pela OMS, foi promulgada em 17 de março de 2020 a portaria nº 343, que dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, durante o período da pandemia de Covid-19. O Conselho Nacional de Educação - CNE regulamentou e orientou a veiculação de aulas em diversos níveis de ensino, incluindo a EJA. (CUNHA; NEVES; COSTA, 2021).

O CNE recomenda que, para pensar em soluções eficientes e evitar o aumento das desigualdades, da evasão e da repetência, as atividades fossem oferecidas desde a educação infantil, para que as famílias e os estudantes não perdessem o contato com a escola e não tivessem retrocessos em seu desenvolvimento. No que se refere à EJA, o conselho recomendou que cada instituição levasse em consideração a vida dos estudantes e suas condições para harmonizar a rotina de estudos e trabalho, sendo necessária a atuação efetiva da gestão e dos professores no apoio aos estudantes em um período que demanda grande atenção de todos para o sucesso dos estudos. (SILVA; FREITAS; ALMEIDA, 2021, p. 5 apud BRASIL, 2020).

É necessário compreender que o ensino remoto emergencial possui caráter provisório de preencher a necessidade de aulas que foram interrompidas de maneira abrupta. O diálogo entre professores e alunos nunca se fez tão necessário como nos momentos iniciais da pandemia e do ensino remoto, de forma a problematizar o conhecimento e a situação sendo vivenciada, de maneira a compreender, explicar e transformar. (CUNHA; NEVES; COSTA, 2021).

De maneira geral, os alunos incluídos na EJA perpassam pelos mesmos percalços que os alunos do ensino regular, que também tiveram que enfrentar problemas de acesso às plataformas digitais, disponibilidade de equipamentos para o acesso à rede de computadores. Além disso, o perfil do aluno inserido na EJA possui responsabilidades e rotinas diferenciadas da maioria dos alunos da educação básica, características como famílias atendidas demandando responsabilidades da rotina doméstica, inviabilizando que esse indivíduo, em sua maioria mulheres, acompanhasse as atividades. Outros, por sua vez, a maioria homens, possuem jornadas de trabalho exaustivas e vitórias, igualmente à parcela feminina, dedicam atenção à rotina familiar antes de dar atenção aos estudos. Dessa forma, o mesmo problema que recai sobre os alunos do ensino regular, de desmotivação, afeta os alunos inseridos na EJA. (SILVA; FREITAS; ALMEIDA, 2021).

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO PÚBLICA.

As políticas públicas, podem ser conceituadas como medidas e programas implementados pelo Estado, com o objetivo de promover o bem-estar da população e garantir o exercício de direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança, entre outros direitos. No contexto da educação, as políticas públicas são essenciais para garantir o acesso, a qualidade e a equidade no sistema educacional, dado que a educação é considerada um direito fundamental e um meio essencial para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. Por isso, as políticas públicas adotadas para a educação são fundamentais para garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade e para promover a igualdade de oportunidades (COSTA, 2018).

Entre as políticas públicas implementadas para a educação, destacam-se a criação de leis e regulamentações que garantem o acesso à educação básica, a oferta de programas de formação de professores, a construção e reforma de escolas, a implementação de programas de inclusão escolar, entre outras iniciativas.

Um exemplo de política pública voltada para a educação no Brasil é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011 com o objetivo de ampliar o acesso dos jovens brasileiros à educação profissional e tecnológica, o programa oferece cursos técnicos e de formação profissional em diversas áreas do conhecimento, visando a formação de profissionais protegidos e aptos para o mercado de trabalho. Outro exemplo é o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004, que oferece bolsas de estudos em universidades privadas para estudantes de baixa renda. O objetivo do programa é ampliar o acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior e promover a inclusão social (SANTOS; AMORIM, 2019).

Além desses programas, outras iniciativas também são importantes para garantir a qualidade da educação e promover a equidade, como a valorização dos profissionais da educação, a melhoria das condições de infraestrutura das escolas, a promoção da educação inclusiva e a garantia do acesso à educação em todas as etapas da vida.

Além disso, é importante ressaltar que as políticas públicas para a educação devem ser integradas de forma organizada e articulada, envolvendo diferentes esferas

governamentais, setores da sociedade civil e profissionais da educação, para tanto. é necessário que haja um planejamento estratégico e uma gestão eficiente dos recursos públicos para que as políticas públicas possam ter um impacto positivo na educação (NEVES, 2019).

Outro aspecto importante das políticas públicas para a educação é a participação social. A sociedade civil, por meio de movimentos sociais, organizações não governamentais e outros atores sociais, deve participar ativamente do processo de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas. Isso contribui para a promoção da transparência, da prestação de contas e da democracia na gestão dos recursos públicos (NEVES, 2019; MUSIAL; ARAUJO, 2022).

É importante destacar que as políticas públicas para a educação não são suficientes, por si só, para garantir a melhoria da qualidade da educação e a promoção da equidade. É necessário que haja uma mudança cultural e uma transformação das práticas educacionais, buscando uma educação mais inclusiva, participativa, crítica e reflexiva. Isso envolve a formação de professores, a valorização da diversidade cultural, a promoção da educação integral e a adoção de metodologias de ensino inovadoras (MUSIAL; ARAUJO, 2022).

A gestão pública é um aspecto fundamental na implementação das políticas públicas educacionais. Uma gestão eficiente e transparente é essencial para que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada e para que as políticas educacionais sejam incorporadas de forma efetiva. Uma boa gestão pública envolve a elaboração de planos e metas estratégicas, a alocação eficiente de recursos, a promoção da transparência e da participação social, além da avaliação constante das políticas públicas incorporadas. Na educação, isso significa que é necessário que haja uma gestão eficiente das escolas, dos recursos financeiros e humanos, bem como dos processos pedagógicos (COSTA, 2018; SANTOS; AMORIM, 2019).

Além disso, a gestão pública na educação deve ser pautada pela valorização dos profissionais da educação, pelo diálogo e pela participação social. É fundamental que os professores, gestores escolares e demais profissionais da educação sejam ouvidos e tenham participação ativa nas decisões que fizeram a educação. Outro aspecto importante da gestão pública na educação é a promoção da transparência e da prestação de contas. Os gestores públicos devem prestar contas à sociedade sobre os recursos utilizados e os resultados obtidos com as políticas públicas integradas.

Isso contribui para o fortalecimento da democracia e para a promoção da participação social na gestão pública(COSTA, 2018; NEVES, 2019).

Sendo fundamental a manutenção na transparência, com os objetivos das políticas públicas educacionais. Isso significa que a gestão deve ter uma visão estratégica e de longo prazo, garantindo que as políticas públicas sejam implementadas de forma consistente e efetiva, promovendo a participação social, onde por meio de diferentes atores sociais, deve ter participação ativa, confiante para a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Isso contribui para a promoção da transparência, da prestação de contas e da democracia na gestão pública(COSTA, 2018; NEVES, 2019; SANTOS; AMORIM, 2019).

Sendo de igual relevância promoção da valorização dos profissionais da educação, tema que envolve a garantia de condições cumpridas no trabalho, a formação continuada e a valorização salarial. Profissionais da educação valorizados e bem preparados para a promoção da qualidade da educação, por fim, a gestão pública deve buscar constantemente novas formas de garantir a qualidade da educação, adotando metodologias inovadoras e tecnologias avançadas. Isso contribui para a promoção da inclusão, da criatividade e da aprendizagem significativa(COSTA, 2018; MUSIAL; ARAUJO, 2022).

A promoção da inovação na gestão pública da educação é fundamental para acompanhar as constantes mudanças no mundo. A inovação pode trazer novas formas de aprendizado e de gestão, além de facilitar a comunicação entre alunos, professores e gestores. As novas tecnologias e metodologias inovadoras podem ser usadas para criar ambientes de aprendizado mais dinâmicos e personalizados, o que contribui para a promoção da inclusão e da equidade, aliando este processo a participação social na gestão da educação, envolvendo a criação de espaços de diálogo e de construção coletiva de políticas públicas educacionais, contribuindo com a transparência da prestação de contas na gestão pública, além de promover a democratização do processo decisório(MUSIAL; ARAUJO, 2022; NEVES, 2019).

A participação social na gestão pública da educação pode ser feita por meio de diferentes práticas de controle, como conselhos escolares, fóruns de discussão, audiências públicas e outras formas de consulta pública. Esses espaços permitem que a sociedade civil possa participar ativamente da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, desejando a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade. No entanto, para que este processo seja

efetivo, é necessário que haja uma cultura de diálogo e de construção coletiva. Os gestores públicos devem estar abertos ao diálogo e dispostos a ouvir as demandas e sugestões da sociedade civil. A participação social na gestão pública da educação também exige que os atores sociais estejam preparados para participar desses espaços, com informações e conhecimentos técnicos necessários para contribuir de forma efetiva(MUSIAL; ARAUJO, 2022).

Por fim, a gestão pública na educação deve estar comprometida com a promoção da equidade. Isso significa que a gestão pública deve buscar garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua origem social, gênero, raça ou outras características. Para isso, é necessário que haja políticas públicas específicas voltadas para a promoção da equidade, como ações afirmativas e garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência.

2.4. PROGRAMA NOVA EJA FORTALEZA

O programa “Nova EJA Fortaleza” lançado pela Prefeitura de Fortaleza 23 de janeiro de 2023, no espaço Memorial do Paço Municipal, no Centro, foi desenvolvido com o objetivo de investir nas estratégias de EJA da Rede Municipal de Ensino, por meio de ações executadas pela Secretaria Municipal da Educação (SME), possuindo foco em um currículo voltado para a inclusão, economia digital, empreendedorismo e renda, além da construção de um projeto de vida(PATRÍCIA, 2023).

A iniciativa visa promover a continuidade dos estudos para adultos, idosos ou jovens com mais de 15 anos que não concluíram o Ensino Fundamental no tempo devido, o programa tem como meta oferecer formação de qualidade, que permite aos estudantes desenvolver habilidades e competências necessárias para sua inserção no mercado de trabalho, além de proporcionar a inclusão social e digital dos alunos matriculados(PATRÍCIA, 2023; OLIVEIRA, 2023).

O investimento destinado ao programa permitirá a implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional dos estudantes da EJA, bem como a oferta de tecnologias modernas e inovadoras que ampliam as possibilidades de aprendizagem. A formação continuada dos professores também é uma das prioridades do programa, visando a capacitação e atualização dos docentes para o uso das novas metodologias e tecnologias em sala de aula(GADELHA, 2023).

A promoção da inclusão social é uma das principais preocupações do programa “Nova EJA Fortaleza”, garantindo a equidade de acesso à educação e a inclusão de

pessoas em situação de vulnerabilidade social. Espera-se promover a com a oferta de uma formação de qualidade, a capacitação profissional, e a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade(GADELHA, 2023; OLIVEIRA, 2023).

O programa tem como foco a promoção de investimentos na EJA, distribuir 10 mil tablets para alunos e conceder 10 mil bolsas de auxílio financeiro e estabelecer parcerias para oferecer ações formativas e de mercado para os alunos. O investimento total do programa é estimado em cerca de R\$ 30 milhões(PATRÍCIA, 2023; GADELHA, 2023; OLIVEIRA, 2023).

A iniciativa, terá um currículo inovador e mais atrativo, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas, bem como contribuir para a construção de um propósito de vida para o aluno, contemplando aspectos socioemocionais alinhados com a perspectiva individual de cada aluno. O currículo do programa visa incluir atividades presenciais e virtuais com formação em temas como inclusão digital e economia e linguagens de programação por meio de parceria com a Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova) e o programa Jovem Digital(PATRÍCIA, 2023; GADELHA, 2023).

Os alunos também deverão receber capacitação na área de empreendedorismo, sustentabilidade e renda por meio de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE). Oferecendo um novo ciclo de formação aos professores que lecionam na modalidade EJA, buscando uma formação permanente de qualidade e propostas pedagógicas para uma EJA voltada para a inovação(OLIVEIRA, 2023).

3 METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório da literatura produzida no período de 2017 a 2022. Seguindo as orientações de GIL (2008), a pesquisa bibliográfica utiliza produções bibliográficas existentes ou estudos pré-existentes para fundamentar suas alegações e argumentações, conferindo caráter exploratório pela busca em compreender as nuances de um determinado fenômeno ou situação.

Com base nesta definição, é estabelecida a questão norteadora da pesquisa, foi elaborado um processo de busca por fontes bibliográficas inspiradas em livros e

portais acadêmicos como Scielo e Capes. O objetivo desta pesquisa foi analisar diversos estudos e posicionamentos sobre as políticas públicas desenvolvidas em caráter histórico para a educação de jovens e adultos, visando responder à questão principal sobre a evasão e a reinserção destes indivíduos no ambiente escolar.

Para alcançar este objetivo, foram utilizadas palavras-chave como “políticas públicas na educação de jovens e adultos”, “eficácia das políticas públicas na educação de jovens e adultos” e “histórico das políticas públicas na educação de jovens e adultos”. Essas palavras-chave foram escolhidas com base no interesse principal da pesquisa, visando trazer as melhores concepções dos autores pensados para fundamentação teórica e análise do tema.

A pesquisa bibliográfica é uma ferramenta importante para a obtenção de conhecimento, uma vez que permite explorar estudos pré-existentes sobre determinado tema. Além disso, esta metodologia de pesquisa é útil para aprofundar o conhecimento em áreas específicas do saber, confiante para a produção de novos conhecimentos e ideias. Neste sentido, este estudo busca contribuir para a compreensão das políticas públicas na educação de jovens e adultos e suas instruções na evasão e reinserção desses indivíduos no ambiente escolar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O programa Nova EJA Fortaleza é um projeto inovador que busca transformar a educação de jovens e adultos na cidade, atendendo às necessidades específicas dessa parcela da população e oferecendo uma educação de qualidade e inclusiva. Nesse sentido, é importante analisar as principais características do programa à luz dos visualizados anteriormente.

Um dos principais desafios enfrentados pela educação de jovens e adultos é a necessidade de flexibilização curricular, considerando as diversas realidades e demandas dos estudantes. Nesse sentido, a Nova EJA Fortaleza se destaca por oferecer uma educação mais flexível e personalizada, adaptando-se às necessidades dos alunos e oferecendo um currículo que seja relevante para suas vidas e carreiras.

Outro desafio comum enfrentado pela EJA é a falta de recursos financeiros e a escola para oferecer uma educação de qualidade. O programa Nova EJA Fortaleza busca enfrentar essa questão, oferecendo recursos tecnológicos e pedagógicos para

apoiar o ensino, além de parcerias com empresas locais para oferecer oportunidades de emprego e estágio para os estudantes.

Além disso, é importante destacar a necessidade de formação e capacitação de professores para atender às demandas específicas da EJA. O programa Nova EJA Fortaleza oferece treinamento e desenvolvimento profissional para seus professores, visando garantir que eles possam oferecer um ensino de qualidade e inclusivo para todos os alunos.

Por fim, é importante destacar a necessidade de oferecer uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes, independentemente de sua idade, gênero, etnia ou outras características. O Nova EJA Fortaleza se compromete com essa missão, oferecendo uma educação inclusiva e respeitando a diversidade dos estudantes. O programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, busca atender às necessidades educacionais de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade adequada. Com a pandemia de Covid-19, as atividades presenciais foram suspensas e foi necessário adotar o ensino remoto para dar continuidade às aulas.

Como mencionado no texto anterior, o ensino remoto emergencial possui caráter provisório de preencher uma necessidade de aulas que foram interrompidas de maneira abrupta. No entanto, é preciso pensar em soluções eficientes para evitar o aumento das desigualdades, da evasão e da repetência. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomenda que as atividades sejam oferecidas desde a educação infantil para que as famílias e os estudantes não percam o contato com a escola e não tenham retrocessos no seu desenvolvimento.

No caso da Nova EJA Fortaleza, é importante que o programa leve em consideração as condições dos alunos, suas responsabilidades e rotinas diferenciadas, para harmonizar a rotina de estudos e o trabalho. Isso requer uma atuação efetiva da gestão e dos professores, no apoio aos estudantes em um período que demanda grande atenção de todos, para o sucesso dos estudos.

Além disso, é importante que o programa esteja atento às dificuldades de acesso às plataformas digitais e disponibilidade de equipamentos para o acesso à rede de computadores, que satisfizeram tanto os alunos do ensino regular quanto os alunos da EJA. Para enfrentar esses desafios, o programa pode adotar medidas como a distribuição de tablets ou a realização de atividades em locais públicos com acesso à internet. Outro ponto importante é a necessidade de diálogo entre professores e

alunos, especialmente nos momentos iniciais do ensino remoto, de forma a problematizar o conhecimento e a situação sendo vivenciada, de maneira a compreender, explicar e transformar. Isso pode ser feito por meio de metodologias ativas de ensino que promovem a participação ativa dos estudantes.

Por fim, é importante que o programa Nova EJA Fortaleza se mantenha atento às desigualdades sociais e culturais que os estudantes da EJA vivenciaram e busque promover políticas educacionais inclusivas e de qualidade, que garantam a todos o direito à educação. Somente assim será possível superar os desafios impostos pela pandemia e garantir o desenvolvimento educacional e social dos jovens e adultos que participam do programa.

Em suma, o programa Nova EJA Fortaleza é uma iniciativa que busca enfrentar os principais desafios da educação de jovens e adultos, oferecendo uma educação flexível, inclusiva e de qualidade. Com a adoção de práticas inovadoras e o compromisso com a formação e capacitação dos professores, o programa tem o potencial de transformar a vida de milhares de estudantes na cidade de Fortaleza e servir como um modelo para outras iniciativas de educação de jovens e adultos em todo o país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos concluir que a pandemia da Covid-19 acelerou a adoção do ensino remoto em todo o mundo, e isso inclui também a Educação de Jovens e Adultos. Apesar dos desafios enfrentados pelos alunos da EJA, como a falta de acesso à tecnologia e a conciliação dos estudos com as responsabilidades familiares e profissionais, o programa Nova EJA Fortaleza tem buscado soluções para garantir o acesso à educação e o sucesso dos alunos.

Dessa forma, podemos concluir que o programa Nova EJA Fortaleza tem se mostrado uma iniciativa eficiente e necessária para a garantia do direito à educação de jovens e adultos em tempos de pandemia. É fundamental que esse tipo de iniciativa seja ampliada e fortalecida, para que possamos enfrentar os desafios da educação em um mundo cada vez mais digital e globalizado. Em síntese, o Programa Nova EJA Fortaleza representa um avanço importante na educação de jovens e adultos, ao propor uma abordagem pedagógica mais adaptada às necessidades e características dos alunos. No entanto, é necessário continuar a investir na melhoria da infraestrutura

das escolas, na formação dos professores e na elaboração de políticas públicas que garantam a permanência e o sucesso dos alunos na escola, a fim de que possam transformar as suas vidas e as suas comunidades.

6. REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, K. Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia - Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/814382-educadores-alertam-para-aumento-de-evasao-escolar-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRANCO, E. P. et al. EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Revista Contemporânea de Educação, v. 15, n. 34, p. 133–155, 29 dez. 2020.

BEZERRA, Juliana. Evasão escolar. Toda matéria, Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/evasao-escolar/>> acesso em 9 junho 2021

BRASIL, Constituição (2012). Estatuto da Criança e Adolescente lei 8.069/ 1990: atualizado com a lei nº 12.010/2009. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina,2012.

BOSSA, Nádya Aparecida. Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CAVALCANTE, V.; KOMATSU, B.; FILHO, N. Desigualdades Educacionais durante a PandemiaINSPIRE. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Policy_Paper_n51.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

CHAGAS, I. D. EVASÃO DA ESCOLA NA IDADE REGULAR E O RETORNO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOSUNIESMERO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/645173/2/Evas%C3%A3o%20da%20Escola%20na%20Idade%20Regular%20e%20o%20Retorno%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2022.

CHAGAS, I. D.; MEDEIROS, M. C. L. A evasão e o retorno a escola na Educação de Jovens e Adultos: Fatores e motivos. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evasao-e-o-retorno>>. Acesso em: 18 set. 2022.

COELHO, S.; ARAUJO, R. Juventude(s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica. Revista Cocar, v. 15, n. 32, 2021.

COLAVITTO, N.; ARRUDA, A. Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, p. 1–2014, 2014.

COSTA, D. Pará é o 5o pior do país em evasão escolar. Disponível em: <<https://dol.com.br/noticias/para/noticia-425146-para-e-o-5-pior-do-pais-em-evasao-escolar.html?d=1>>. Acesso em: 18 set. 2022.

COSTA, M. et al. ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PARA EVITAR A EVASÃO ESCOLAR PÓS PANDEMIA. Anais do Seminário de Atualização de Práticas

Docentes, v. 3, n. 2, p. 84–88, 20 abr. 2022.

COSTA, Cláudia Borges, Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil, Coleção docência em formação: educação de Jovens e Adultos, Cortez editora, 1ª edição, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=M3dZDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=pol%C3%ADticas+p%C3%BAbllicas+na+EJA&ots=OqpGm4fTfT&sig=F9npdDrevwfNeRoAob0MWsUAQOU#v=onepage&q=pol%C3%ADticas%20p%C3%BAbllicas%20na%20EJA&f=false>>. Acesso em 29 de Fev. 2023.

CUNHA, A. S.; NEVES, J. D. V.; COSTA, N. M. V. A EJA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA. Nova Revista Amazônica, v. 9, n. 1, p. 23, 13 mar. 2021.

FOLHA DE S.PAULO. Pandemia desacelera perda de alunos na EJA, mas orçamento segue em queda. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2022/05/pandemia-desacelera-perda-de-alunos-na-eja-mas-orcamento-segue-em-queda.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2022.

FORUM PARAENSE DE EJA. EJA NO PARÁ | Fórum EJA/Pará. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pa/node/47>>. Acesso em: 18 set. 2022.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, Paulo. . Pedagogia da autonomia. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998

_____, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 17ª Edição.

GIL, R. L. TIPOS DE PESQUISA TIPOS DE PESQUISA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2022.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, mai./jun./Jul./Ago. 2000, nº 714, p.108-130. Disponível em: Acesso em: 24/ 11/ 16.

IBGE – censo agro 2017. PNAD educação 2019, 2019. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html>> acesso em: 09 junho 2021

INFOBASE. O ensino remoto no Brasil - Infobase | Aplicações, Infraestrutura e Digital. Disponível em: <<https://infobase.com.br/o-ensino-remoto-no-brasil/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

JUSSARA, J. P. Vencer a evasão escolar pós-pandemia é desafio para jovens e adultos no Pará. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/vencer-a-evasio-escolar-pos-pandemia-e-desafio-para-jovens-e-adultos-no-para-1.473717>>. Acesso em: 18 set. 2022.

KNÜPPE, Luciane. Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do Ensino Fundamental. Scielo, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/Q9KqTZnczCwRKMcgTFpm3jN/?lang=pt>> acesso em 14 junho 2021

KARLLA GADELHA. Prefeitura lança programa Nova EJA Fortaleza nesta segunda-

feira (23/01). Ce.gov.br. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-programa-nova-eja-fortaleza-nesta-segunda-feira-23-01>>. Acesso em: 4 mar. 2023.

LIB NEO, José Carlos. Didático- São Paulo: Cortez, 1994. Coleção magistério, série de formação do professor.

LOTTERMANN, O. O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1855/Osma%20Lottermann.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 out. 2022.

LUZENOR DE OLIVEIRA. Prefeitura lança programa “Nova EJA Fortaleza” e estudantes receberão tablets e auxílio financeiro. Ceará Agora • As Notícias Mais Importantes de Fortaleza, Ceará, Brasil. Disponível em: <<https://cearaagora.com.br/prefeitura-lanca-programa-nova-eja-fortaleza-e-estudantes-receberao-tablets-e-auxilio-financeiro/>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758–764, dez. 2008.

MENDES, M. MOTIVAÇÃO ESCOLAR: INCLUSÃO E EVASÃO Estudos de Psicologia. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Pg4SnYsQ5gzWfd688gD4c8b/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 set. 2022.

MOREIRA, M. E. S. et al. Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19. Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 3, p. 6281–6290, 12 jun. 2020a.

MOREIRA, M. E. S. et al. Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19. Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 3, p. 6281–6290, 12 jun. 2020b.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, M.C.S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde públ., Rio de Janeiro, 9 (3):239-262,jul/set,1993.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva ; ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES. Educar em Revista, v. 38, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/BQcdf5jJq6qVKKJVCWWK7nN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

NASCIMENTO, S. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA, NA VISÃO DE PAULO FREIRE UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20898/2/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

NEVES, Bruno Miranda, Políticas Públicas de Qualificação Profissional & EJA: Dilemas e Perspectivas II, Paco editorial, Jundiaí, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=SqebDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=pol%C3%ADticas+p%C3%ABlic>>

[as+na+EJA&ots=QZRHNdB6Ze&sig=J-i_glenSxkR1zHObVsgl9lekuA#v=onepage&q=pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblica%20na%20EJA&f=false](https://www.fvjr.org/doi/abs/10.30662/fvjr.1332)>. Acesso em: 1 mar. 2023.

OBSERVATÓRIO UNIBANCO. Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>>. Acesso em: 18 out. 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 2° ed. São Paulo, 1996.

PATRICIA. Prefeitura lança programa Nova EJA Fortaleza com pacote de investimentos de cerca de R\$ 30 milhões. Ce.gov.br. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-programa-nova-eja-fortaleza-com-pacote-de-investimentos-de-cerca-de-r-30-milhoes>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PEREIRA, J.; SANTIAGO, S. O ENSINO REMOTO NO BRASIL: UMA NOVA TENDÊNCIA EDUCACIONAL PROVENIENTE DA PANDEMIA DE COVID-19 Educação e Linguagem. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2022/05/6_REdLi_2021.2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

POSSA, A. et al. INICIATIVAS COMPORTAMENTAIS PARA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS EM TEMPOS DE PANDEMIA. Boletim Economia Empírica, v. 1, n. 4, 16 set. 2020.

RICARDO, M. et al. ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PARA EVITAR A EVASÃO ESCOLAR PÓS PANDEMIA. Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes, v. 3, n. 2, p. 84–88, 20 abr. 2022.

ROCHA, C.; CÉLIA, A.; ALMEIDA, N. A EJA e o ensino remoto emergencial: um olhar discente. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 4, p. 1–10, 2021.

SANTOS, S. S; AMORIM, A. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EJA: Políticas públicas da EJA: um processo reflexivo sobre o chão da escola, 22ª Semana de Mobilização Científica, Salvador - BA, 2019. Disponível em: <<http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/1332>>. Acesso em: 29 Fev. 2023.

SILVA, C.; FREITAS, A.; ALMEIDA, N. A EJA e o ensino remoto emergencial: um olhar discente. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 4, p. 1–10, 15 ago. 2021.

SILVA, M. AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará – PA. Core.ac.uk, 2015.

SOUSA, C. R. DE O. et al. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. Cadernos Saúde Coletiva, v. 26, n. 2, p. 160–169, jun. 2018a.

SOUZA, C. M. P. DE; PEREIRA, J. M.; RANKE, M. DA C. DE J. Reflexos da Pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. Revista Brasileira de Educação do Campo, p. 1–20, 14 dez. 2020.

